CORRUPÇÃO POLÍTICA E AVALIAÇÃO DE GOVERNO:

o caso da Lava Jato[1]

POLITICAL CORRUPTION AND EVALUATION OF GOVERNMENT:

The case of the Lava Jato

Érica Anita Baptista[2]

Resumo: *A corrupção é um problema comum a diversos sistemas políticos, independente do grau de desenvolvimento econômico, e pode afetar a confiança dos cidadãos na representação política e comprometer a estabilidade do regime democrático. A corrupção, especialmente a praticada no campo político, tem ganhado visibilidade nos meios de comunicação face aos grandes casos recentemente revelados. Mas pesquisas sinalizam que a cobertura midiática privilegia a ótica do escândalo em detrimento, muitas vezes, de discussões mais aprofundadas sobre os atos de corrupção. Acrescenta-se a influência da mídia na percepção da corrupção e na opinião pública, e dentre seus efeitos nos interessa a avaliação de governo. Esta comunicação se insere nessa discussão e busca compreender*

---

[1] Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura Política, Comportamento e Opinião Pública do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

[2] Jornalista e mestra em Comunicação Social. Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisadora no grupo Opinião Pública, com sede na mesma instituição, e no Centro de Investigação Media e Jornalismo, com sede na Universidade Nova de Lisboa. Colaboradora no blog Comunicação e Política. anitaerica@gmail.com

como a cobertura midiática da corrupção política no Brasil pode afetar a percepção da corrupção e a opinião pública, nomeadamente a avaliação de governo. O foco é o governo Dilma Rousseff no recorte referente ao escândalo envolvendo a Petrobras, que ficou conhecido como Operação Lava Jato. Consideramos a cobertura midiática da corrupção e procedemos com uma análise de conteúdo das revistas Carta Capital, Isto É e Veja, de março de 2014 a agosto de 2016 – do início da Lava Jato ao impeachment da presidenta. A corrupção não é o único fator que pode influenciar a avaliação de governo e o tema concorre com diversos outros, no entanto, tem relevância no debate público e visibilidade midiática.
Palavras-Chave: *Corrupção política 1. Avaliação de governo 2. Lava Jato 3.*

Abstract: *Corruption is a problem common to many political systems, regardless of the degree of economic development, and can affect citizens' confidence in political representation and compromise the stability of the democratic regime. Corruption, especially in the political field, has gained visibility in the media in the face of large cases recently revealed. But research indicates that media coverage privileges the viewpoint of scandal, often to the detriment of more in-depth discussions about acts of corruption. It adds the influence of the media in the perception of corruption and in the public opinion, and among its effects we are interested in the evaluation of government. This communication is part of this discussion and seeks to understand how the media coverage of political corruption in Brazil can affect the perception of corruption and public opinion, in particular the evaluation of government. The focus is the government Dilma Rousseff in the cut regarding the scandal involving Petrobras, which became known as Operação Lava Jato. We considered the media coverage of corruption and proceeded with a content analysis of the magazines Carta Capital, Isto É e Veja, from March 2014 to August 2016 - from the beginning of the Lava Jato to the impeachment of the president. Corruption is not the only factor that can influence the evaluation of government and the theme competes with several others, however, it has relevance in public debate and media visibility.*
Keywords: *Political corruption 1. Evaluation of government 2. Lava Jato 3.*

---

1. Introdução

A corrupção trata-se, de modo amplo, de uma conduta desviante da norma vigente, sendo um comportamento associado a uma motivação particular, ou seja, de um ganho privado. É um problema comum a diversos sistemas políticos e atenta contra a qualidade dos serviços públicos, afeta a confiança dos cidadãos na representação política, comprometendo a legitimidade e a estabilidade do regime democrático.

Os casos de corrupção têm ganhado visibilidade na mídia, se tornando mais um indicador da percepção dos cidadãos sobre o fenômeno. Por um lado, a mídia, ao noticiar sobre o tema, assume importante papel no combate à corrupção. Mas, a cobertura midiática para os casos de corrupção privilegia a perspectiva do escândalo – por um viés denuncista e de atribuição de culpa – em detrimento de discussões mais

aprofundadas e críticas sobre a corrupção e suas implicações para a sociedade: “indústria midiática do escândalo”.

Os eixos mídia e corrupção motivaram o projeto “Journalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective” envolvendo o Centro de Investigação Media e Jornalismo da Universidade Nova de Lisboa, a Universidade de Moçambique, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre outros centros de pesquisa no Brasil. Esta comunicação se insere nesse projeto e busca compreender como a cobertura midiática da corrupção política pode afetar a percepção da corrupção e a opinião pública, nomeadamente a avaliação de governo. Concentramos no governo Dilma Rousseff no recorte referente ao escândalo envolvendo a Petrobras – Operação Lava Jato –, considerando a cobertura midiática da corrupção. Analisamos as edições das revistas Carta Capital, Isto É e Veja, de março de 2014 a agosto de 2016 – o período refere-se do início do caso da Lava Jato ao impeachment da presidenta Dilma. A corrupção não é o único fator que pode influenciar a avaliação de governo e o tema concorre com diversos outros, no entanto, tem relevância no debate público e visibilidade midiática.

Como expediente metodológico, procedemos com análise de conteúdo, no padrão categorial quantitativo. As peças jornalísticas foram codificadas com base em um livro de códigos pré-estabelecido no referido projeto, com as adaptações necessárias. As categorias tratam da visibilidade da corrupção nas revistas, o volume de casos de corrupção abordados nas edições, os atores e instituições mencionadas, os ilícitos relacionados, as menções ao governo e às avaliações do desempenho de Dilma Rousseff e seu governo.

Utilizamos os dados das pesquisas de avaliação de governo realizadas pelo Datafolha, Ibope e pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República, e também as sondagens da Transparência Internacional a respeito da confiança nas instituições, confiança nos meios de comunicação e percepção da corrupção.

A maior visibilidade do tema da corrupção na mídia aumenta a percepção dos cidadãos sobre o fenômeno e influencia a opinião pública. Mesmo não sendo o indicador principal, consideramos algumas inferências a respeito da situação econômica, uma vez que pode interferir em maior ou menor percepção da corrupção.

Partimos de alguns eixos teóricos e conceituais: as noções de corrupção política e percepção da corrupção; escândalo político midiático; opinião pública; e avaliação de governo. Pretendemos responder a alguns questionamentos, em especial: A percepção da corrupção é condicionada pela cobertura midiática? A corrupção é um fator capaz de influenciar a opinião pública na avaliação do desempenho do governo? A opinião pública foi influenciada pela cobertura midiática da Lava Jato, de modo a interferir nas avaliações de governo? A percepção da corrupção é um critério relevante para a avaliação dos cidadãos a respeito do desempenho do governo?

2. Corrupção política e percepção da corrupção

Podemos tratar da corrupção, sem qualquer rigor conceitual, como o uso ilegal do poder ou da influência para enriquecer a si próprio ou obter algum tipo de benefício, contrariando as convenções legais ou leis em vigor. No entanto, não podemos falar que exista um consenso teórico do que seria corrupção no pensamento político ocidental, uma vez que envolve aspectos, sobretudo, legais e culturais. Por outro lado, muitos estudos se dedicam em compreender os horizontes teóricos e conceituais da corrupção.

Nesse caminho, podemos assinalar duas importantes vertentes estudos, que tiveram início a partir do século XX. Uma delas, a “teoria da modernização”, teve início após a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, e busca no sistema organizacional dos países industrializados as variáveis sociais que basearam seu desenvolvimento em grandes mudanças. O foco é, sobretudo, as mudanças sociais em grandes dicotomias, como exemplo, em nações sub e desenvolvidas. E assim, para essa vertente, a corrupção estaria mais próxima ao subdesenvolvimento; a corrupção representaria o mau funcionamento das organizações, que não teriam se adaptado às mudanças.

Outra abordagem, aproxima a ocorrência da corrupção ao interior dos setores públicos e privados, por meio de um favorecimento dos agentes públicos - suborno e propina (ROSE-ACKERMAN, 1999). Para essa corrente, que se tornou hegemônica a partir da década de 1990, a corrupção estaria relacionada, então, a um comportamento

conhecido como *rent-seeking*, em que os agentes procuram potencializar seus lucros privados, mesmo que essa busca seja feita fora regras de conduta.

Quanto aos impactos da corrupção, a tendência é observá-los, sobretudo, em setores como o crescimento econômico e o desenvolvimento social, e também na estabilidade política e na confiança institucional (HUSTED, 1999; JAIN, 2001; JOHNSTON, 2001; KAUFMANN, 1997; KLITGAARD, 1991; LAMBSDORFF, 2006; SELIGSON, 2002; TREISMAN, 2007; WARREN, 2004). Mas quando se pensa em uma análise para o cidadão, como a que se espera que seja feita, por exemplo, pelos meios de comunicação, essa abordagem dos efeitos da corrupção não é prioridade. Ou seja, há uma preocupação maior em denunciar os casos de corrupção, apontar culpados (sobretudo quando envolve o campo político) e acompanhar o desfecho judicial do que explicar aos cidadãos os reais efeitos das práticas corruptas na sociedade (BAPTISTA, 2016; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015, 2016; CUNHA, 2014).

As dificuldades em conceituar a corrupção também passam pela complexidade em qualificá-la enquanto crime, dado que é preciso considerar o cenário de sua ocorrência, as leis correntes e os efeitos na opinião pública. Desse modo, torna-se impraticável mensurar a corrupção diretamente, sendo preciso recorrer, por exemplo, a medidas indiretas.

Dentre os indicadores indiretos para medir a corrupção podemos listar quatro: a vitimização; a percepção; a tolerância; e os dados de agências governamentais de controle da corrupção. A medida de percepção é a que vem sendo mais utilizada, a despeito das críticas que a cercam.

Casas e Rojas (2008) advertem sobre a importante distinção entre “corrupção” e “percepção da corrupção”. A corrupção tem relação à ocorrência do problema, à medida que a percepção trata da sensação que os cidadãos têm na interpretação do seu entorno. Deve-se lembrar, ainda, que a percepção é permeada por uma série de fatores, para além das experiências pessoais de quem percebe seu entorno.

As definições de corrupção e de percepção podem ser consideradas um problema cultural, pois dependem de como a sociedade estabelece e compreende as regras e, ainda, do que constitue como um desvio (MELGAR, ROSSI, SMITH, 2010; BAPTISTA, FRAIHA, 2014). Isso reitera o uso das medidas indiretas, em especial, da

percepção. Se por um lado é uma medida relevante e presente nas agendas atuais de pesquisa, por outro, também é alvo de diversas críticas. É, de fato, uma medida com seus limites e talvez o mais claro deles seja, justamente, em relação à não delimitação conceitual da corrupção, o que implica em considerar, invariavelmente, o contexto cultural, socioeconômico e institucional. No entanto, acreditamos que, ainda sim, seja a medida mais indicada para o caso que apresentamos.

A corrupção segue como um dos principais problemas no Brasil e na América Latina, sobretudo a partir do processo de redemocratização. No Brasil, desde o fim do regime militar e início do processo de redemocratização do Brasil, são vários os casos de corrupção registrados e repercutidos nacionalmente. E, por consequência, o tema vem assumindo lugar na literatura e nas pesquisas. Recentemente, o caso de maior repercussão é a Operação Lava Jato, que se trata de uma investigação conduzida no Brasil pela Polícia Federal relativa a um esquema de corrupção que envolve a Petrobras. A magnitude e a importância do caso decorrem dos altos valores envolvidos, do tempo e, sobretudo, da natureza dos implicados, uma vez que percorre agentes públicos e privados.

3. Escândalos políticos midiáticos e os efeitos da mídia

Neste trabalho, partimos do pressuposto de que a mídia pode influenciar a percepção da corrupção e, ainda, que a cobertura midiática da corrupção trabalha sob a lente do escândalo. Dessa forma, sugerimos que a visibilidade e o tratamento do tema da corrupção nos meios de comunicação podem impactar a opinião pública. Vale lembrar que quando um caso de corrupção é descortinado, ganha visibilidade nos meios de comunicação e a desaprovação social. Em relação à percepção da corrupção e a mídia, diversos estudos têm se dedicado a essa temática e apontam para a crescente visibilidade dos casos de corrupção seja na imprensa ou na internet (BAPTISTA, 2015, 2016; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2016; CUNHA, 2014; MESQUITA, MOISÉS, RICO, 2014; TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014).

Um acontecimento que rompe normas, códigos ou valores responsáveis por regular as relações pessoais, políticas, econômicas etc., pode ser caracterizado como

um escândalo, independente de sua classificação, seja político, midiático, sexual, etc. (CASTRO, 2006; THOMPSON, 2002). Thompson (2002) acrescenta que o escândalo político midiático é desencadeado pela mídia e na mídia.

Lima (2006) continua a discussão e explica que a mídia tem o poder de definir o que é público e, mais ainda, opera na constituição do que seria o "evento público". Do ponto de vista midiático, Aldé e Vasconcellos (2008, p.61) destacam a importância do escândalo como forma de "atrair a atenção das audiências", além de sobressaltar sua atuação como um ator político e social. Nesse caminho, é pertinente mencionar a capacidade de agendamento da mídia, no sentido de colocar em causa certos temas e os inserir no debate público (MCCOMBS, SHAW, 1972).

São muitas as críticas a respeito do papel da mídia no trato das informações políticas, uma vez que é com frequência acusada de destacar apenas seus aspectos negativos. Considerando sua capacidade de influenciar a opinião pública, esse direcionamento negativo pode contribuir para o aumento da descrença na política (MESQUITA, MOISÉS, RICO, 2014; PORTO, 2004). Por outro lado, muitos acreditam que, para o tema da corrupção por exemplo, uma cobertura que conferisse destaque aos pontos negativos e de cunho denuncista fosse capaz de impactar no aumento da fiscalização, investigação e punição dos culpados.

Sondagens indicam que os cidadãos confiam nos meios de comunicação e os têm como principal fonte de informação. O que reforça a importância do tratamento dado às notícias e o modo como elas podem influenciar na opinião pública.

TABELA 1

Confiança nas notícias

		2014	2015	2016
TV	confia sempre	18	17	28
	confia muitas vezes	32	36	26
	confia poucas vezes	41	39	38
	nunca confia	8	7	8
Rádio	confia sempre	18	16	29
	confia muitas vezes	32	36	28
	confia poucas vezes	41	39	35
	nunca confia	8	7	6

Jornais	confia sempre	19	18	30
	confia muitas vezes	34	0	30
	confia poucas vezes	39	35	36
	nunca confia	6	5	4
Revistas	confia sempre	11	11	15
	confia muitas vezes	29	33	25
	confia poucas vezes	46	44	51
	nunca confia	10	8	7
Internet	confia sempre	7	6	6
	confia muitas vezes	21	24	14
	confia poucas vezes	53	51	62
	nunca confia	16	16	16

FONTE: SECOM.

O escândalo que norteia a produção jornalística da corrupção, observada no Brasil e em outros países, é alimentado, entre outros aspectos, pela ênfase nos agentes envolvidos - normalmente, figuras muito conhecidas - o que ocasiona um déficit nas discussões mais profundas respeito da corrupção e de seus efeitos na sociedade (CONTREIRAS, BAPTISTA, 2015; MIGUEL, COUTINHO, 2007). Tais aspectos nos ajudam a compreender mais da representação da corrupção política no Brasil, marcada pelo privilégio ao escândalo, pelo viés denuncista e de atribuição de culpa. Nesse cenário competem tanto a busca por audiência da mídia quanto um aumento na observação da moral dos políticos, partindo de uma expectativa que sejam, em um primeiro momento, "virtuosos" associada a uma busca incessante de comportamentos reprováveis – o escândalo (TELLES, FRAIHA, LOPES, 2014).

4. Opinião pública e avaliação de governo

A opinião pública tem como base valores e atitudes majoritárias, e deve ser vista como um produto de um processo coletivo (CHAMPAGNE, 1998; CHARAUDEAU, 2008; MELLO, EMEDIATO, 2013). A interação tem início em grupos primários, até alcançar os grandes grupos. O processo de formação da opinião pode ser equiparado a uma ideia, ou modelo de cascata, pelo qual passam diversos processos até que se colidam no encontro com o grande público (DEUTSCH, GERARD, 1955). A opinião, ao

contrário do que a expectativa do termo pode criar, não se trata de algo imposto pelo público, mas sim, ao público.

As disputas políticas são, em grande medida, competições pela imposição da imagem pública e pela sua inserção nessa opinião pública. Trata-se de lutas pela construção e administração da imagem de atores políticos, de grupos e instituições que participam de alguma forma do jogo político. As disputas ultrapassam a barreira do "fazer político" e reivindicam o "fazer midiático", e o aparato midiático torna-se parte dessa disputa e as imagens são construídas, então, sob a lógica midiática (BAPTISTA, 2011; GOMES, 2004). As avaliações de governo transitam nesse jogo de imagens públicas e a sua administração torna-se fundamental.

A influência da mídia na formação da opinião das pessoas é frequentemente questionada. No campo político, especialmente em momentos eleitorais, essa inquietação sempre é retomada e ainda não há um consenso sobre sua real influência. O que se tem de acordo é sua inegável importância e a necessidade em utilizar seus recursos. Para o caso da corrupção, pode-se sugerir, então, que quanto mais os meios de comunicação divulgam os casos, mais aumenta a percepção das pessoas de que a corrupção está também aumentando (CÁBELKOVÁ, 2001), o que alguns autores chamam de "câmara de eco" (PHARR, PUTNAM, 2000; POWER, GONZÁLES, 2003). Ou seja, os cidadãos tendem a perceber mais a corrupção tanto mais o tema ocupe o palco midiático. Desse modo, pode-se dizer que, em alguma medida, a percepção da corrupção também tem relação com os graus de exposição dos indivíduos às informações veiculadas pelos meios de comunicação sobre os acontecimentos de corrupção.

Preservar o apoio popular é uma estratégia e uma necessidade que ultrapassam os períodos eleitorais e fazem parte da campanha permanente de uma figura pública política. A avaliação do desempenho de um governo e da imagem do governante são, desde a década de 1970, objetos de pesquisa, sobretudo, nos Estados Unidos. Os indicadores econômicos e políticos são considerados os mais relevantes, e as variáveis econômicas, normalmente, ocupam posição de destaque quando se trata da avaliação de governo e governante (MUELLER, 1970). Assim, aspectos como a condição da inflação, o desemprego, o crescimento econômico, a confiança pública, crises internas

e internacionais e os graus de autoridade do governante afetam a posição do presidente em termos de sua avaliação (KROSNICK, KINDER, 1990). O público pode, eventualmente, punir o governo nas avaliações quando a performance econômica não é satisfatória, podendo, ainda, punir o governante nas urnas em um caso de reeleição (LEWIS-BECK, PALDAM, 2000).

Mesmo considerando a importância das variáveis econômicas, as políticas se aproximam mais dos objetivos deste trabalho. Dentre os aspectos comumente observados, o primeiro que se recomenda considerar são as características pessoais do governante, tais como carisma, provas de honestidade e habilidade política, entre outros. Em segundo, surge o tempo de mandato, de modo que, quanto maior for, também maior a chance de desgaste da imagem (MUELLER, 1970).

A variável escândalos e dramas políticos não é muito considerada nos estudos que se dedicam a avaliação de governos e popularidade, entretanto, alguns pesquisadores encontram evidências que sinalizam para sua importância em dados contextos (JACOMO, 2014). Diante a relevância e da grande repercussão dos últimos casos de corrupção no Brasil, acreditamos que a justificativa do contexto pode ser aplicada para a utilização da variável escândalos. Reafirmamos, assim, nossa suposição de que os escândalos políticos, em especial, os que envolvem o tema da corrupção, podem influenciar a opinião pública, remetendo-nos à premissa de que afetam, assim, a avaliação de governo.

5. Considerações metodológicas

Nossa intenção é compreender a representação da corrupção na imprensa, considerando a construção dos acontecimentos enquanto escândalos políticos midiáticos e sua influência na opinião pública, e como pode afetar a avaliação de governo.

Em termos metodológicos, selecionamos as edições das revistas nacionais Carta Capital, Isto É e Veja, no período que compreende o início das investigações da Lava Jato, em março de 2014, e o impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Consideramos o período relevante do ponto de vista da cobertura

midiática da corrupção e pertinente para se observar as oscilações na avaliação de governo a partir da variável política - escândalos. Optamos pela técnica de análise de conteúdo, no padrão categorial quantitativo, por acreditarmos que melhor se enquadra na natureza do material escolhido (BARDIN, 1979; BAUER, GASKELL, 2008; CHIZZOTTI, 2006). Tal técnica objetiva quantificar elementos de modo a proporcionar uma abordagem estatística. Assim, as peças jornalísticas selecionadas para análise foram codificadas com base em um livro de códigos pré-estabelecido no projeto "Cobertura jornalística da corrupção política: uma perspectiva comparada", com as adaptações necessárias ao cumprimento dos objetivos deste trabalho.

As revistas podem não ser a principal fonte de informação dos cidadãos, mas são importantes por permitirem espaço para reportagens mais analíticas e oferecem conteúdos mais completos, informativos e segmentados. Consideramos a análise das capas, reportagens e matérias que mencionem o tema da corrupção, porém descartamos da análise dos editoriais e os artigos de opinião, uma vez que já representam um espaço declarado de opinião. Assumimos a seleção de uma amostra aleatória composta por 30% das edições de cada semanário.

Os dados extraídos foram confrontados com as pesquisas de opinião divulgadas no mesmo período. As sondagens utilizadas foram realizadas pelo Datafolha, Ibope, CNT/MDA, SECOM, Latinobarômetro e Transparência Internacional. Extraímos as questões referentes a avaliação de governo, avaliação e confiança em Dilma Rousseff, percepção da corrupção, percepção e situação da economia, e questões referentes à confiança nos meios de comunicação.

Nossa hipótese principal é que a maior visibilidade do tema da corrupção na mídia aumenta a percepção dos cidadãos sobre o fenômeno e influencia a opinião pública. Podemos compreender essa hipótese principal como: H1) Quanto maior a visibilidade do tema da corrupção na mídia, maior a oscilação negativa na avaliação de governo: consideramos a frequência do tema da corrupção nas revistas analisadas em relação à avaliação de governo no mesmo período; e H2) Quanto maior a percepção da corrupção, menor a confiança em Dilma Rousseff: observamos a percepção da corrupção enquanto um problema no Brasil em relação às mudanças na confiança em Dilma Rousseff. Ainda que não seja nosso foco, acreditamos ser relevante discutir

sobre a relação entre a percepção da corrupção e a economia, de modo que trabalhamos esse ponto em forma de questão: Q1) A percepção ou a preocupação com a corrupção tende a oscilar em função da situação da economia?

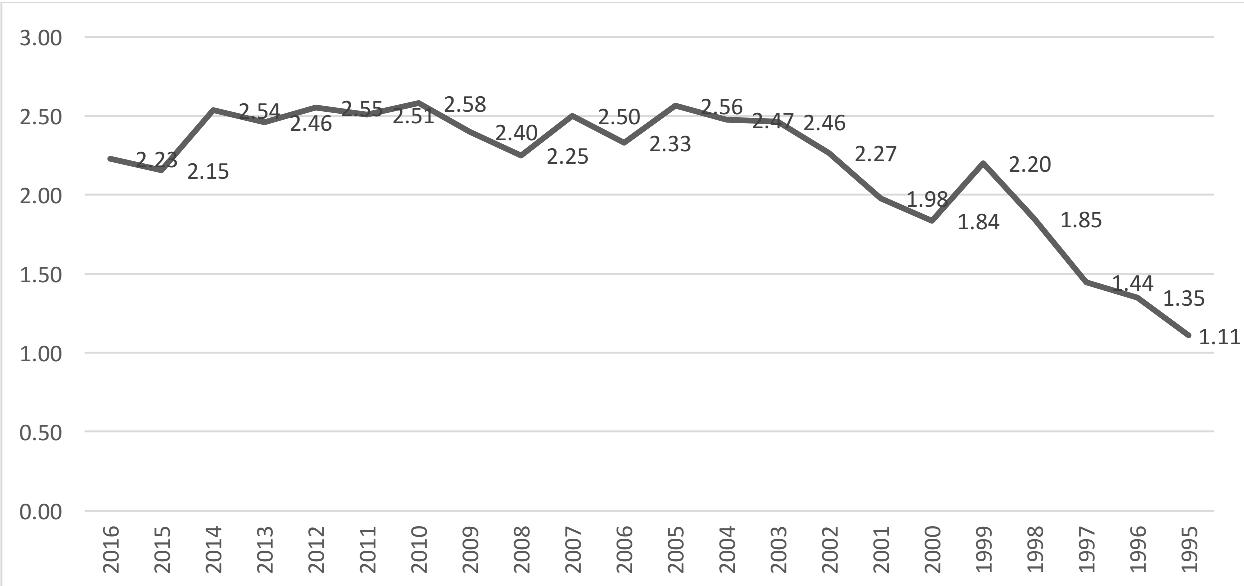
Consideramos, assim, conseguir responder a alguns questionamentos: A percepção da corrupção é condicionada pela cobertura midiática? A corrupção é um fator capaz de influenciar a opinião pública na avaliação do desempenho do governo? A opinião pública foi influenciada pela cobertura midiática da Lava Jato, de modo a interferir nas avaliações de governo? A percepção da corrupção é um critério relevante para a avaliação dos cidadãos a respeito do desempenho do governo?

6. O governo Dilma Rousseff e a Lava Jato

No Brasil, a corrupção configura-se como um grave problema, em grande parte, por ser vista como inerente à nossa vida política e ela prejudica "a relação dos cidadãos de um Estado com a vida política em geral e não apenas com uma de suas instâncias mais facilmente identificáveis" (BIGNOTTO, 2006, p.83). Sobre isso, trazemos os índices de percepção do fenômeno no país entre os anos de 1995 e 2016, de acordo com os resultados das pesquisas realizadas pela Transparência Internacional. Destacamos que no ano de 2014, início do caso da Lava Jato, o índice foi alto (2,54), no entanto, não foi o maior do período, que ocorreu em 2010, com a pontuação de 2,58.

GRÁFICO 1

Ranking mundial da corrupção: Brasil de 1995 a 2016



FONTE: Transparência Internacional. Elaborado pela autora.

Inicialmente, apresentamos um dado referente à visibilidade da corrupção nas capas das revistas, e em 43,6% oportunidades o tema foi destaque nas edições analisadas.

TABELA 2

Visibilidade do tema da corrupção nas capas de Carta Capital, Isto É e Veja (2014-2016).

Ano	%
2014	41,26
2015	42,85
2016	50
TOTAL	140

FONTE: AUTORA (2017).

O caso de corrupção de maior destaque foi, sem dúvida, o que se refere à Petrobras. Vale aqui um comentário de que, inicialmente, o caso ficou conhecido como Petrolão em referência ao Mensalão (caso de corrupção que se tornou conhecido em

2005 e que também envolveu diversas figuras do PT). Ressaltamos a relevância das capas como um espaço de grande visibilidade e dessa forma, podemos dizer que a Lava Jato esteve presente de modo crescente nesse espaço nas revistas analisadas, ao mesmo tempo em que as investigações avançavam e ganhavam destaque no debate público.

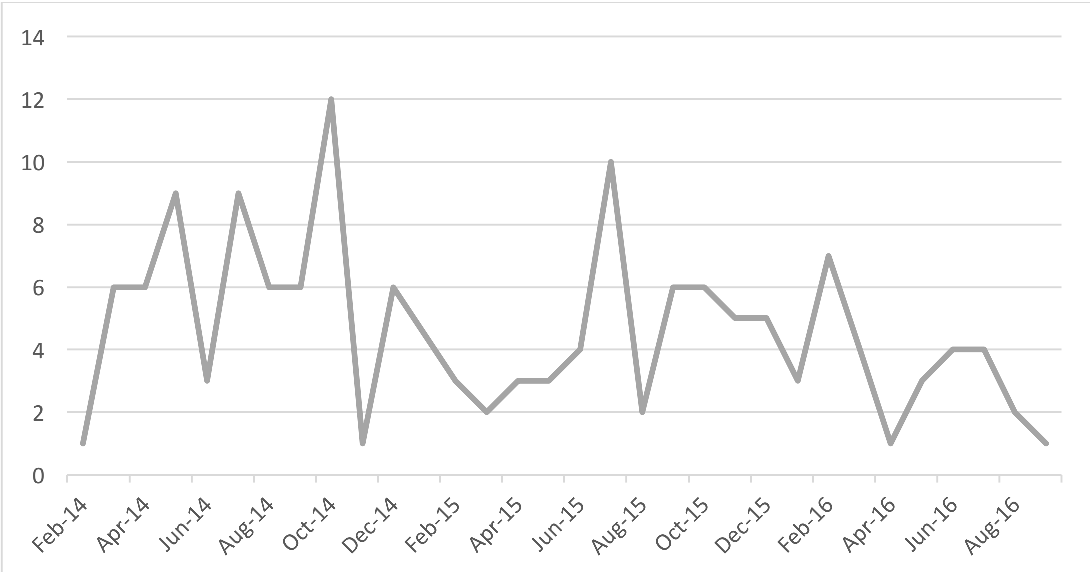
Do ponto de vista teórico, são várias interferências na popularidade do governo: como os valores, a identificação partidária, a economia, e as emoções e sentimentos em respeito ao governo (TELLES, SAMPAIO, BAPTISTA, 2015). É possível observar a influência desses aspectos isoladamente, no entanto, uma inferência mais assertiva certamente terá sucesso quando se avalia os aspectos em conjunto. Neste trabalho, isolamos a percepção da corrupção condicionada pela cobertura midiática, ainda que alguns aspectos econômicos sejam utilizados de modo complementar.

De maneira geral, a avaliação do desempenho do governante é sensível aos assuntos que sensibilizam diretamente o cotidiano dos cidadãos se comparados àqueles mais afastados de suas realidades. Desse modo, as demandas nacionais, sobretudo, aquelas que não têm relação direta com a economia, parecem não ter efeito significativo na imagem que os indivíduos estruturam acerca do governo e do governante (TELLES, SAMPAIO, BAPTISTA, 2015). O que se aproxima do bem-estar individual pode ter, então, mais força na opinião sobre o desempenho do governo.

Nossa primeira hipótese propõe que quanto maior é a visibilidade do tema da corrupção na mídia, maior a oscilação negativa na avaliação de governo e para testarmos apresentamos a seguir três gráficos, sendo o primeiro deles (GRÁFICO 2) com os dados das ocorrências do tema da corrupção nas revistas analisadas, o segundo (GRÁFICO 3) traz os dados das oscilações na avaliação de governo entre 2014 e 2016, e o terceiro (GRÁFICO 4) procura uma junção entre esses dados para evidenciar possíveis correlações.

GRÁFICO 2

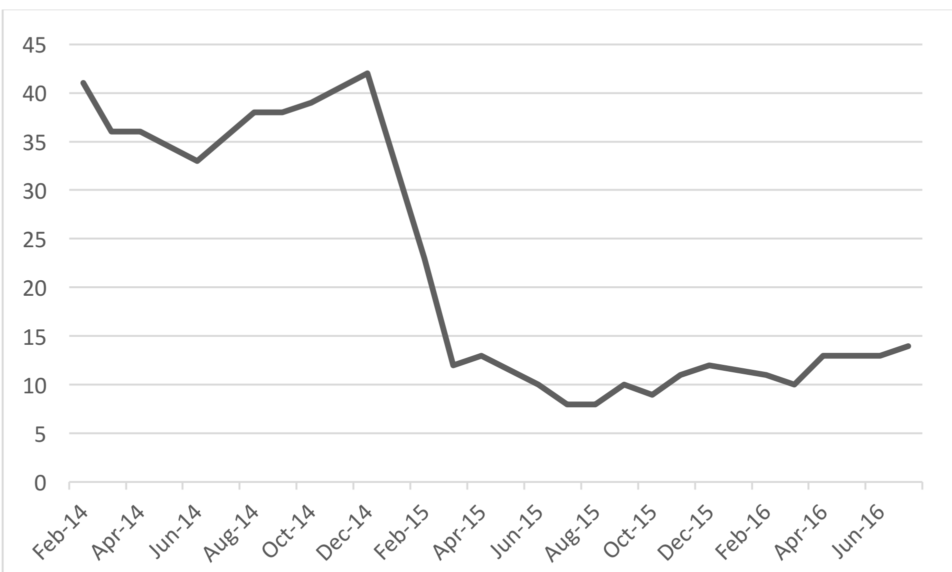
Ocorrências sobre corrupção nas revistas (2014-2016).



FONTE: AUTORA (2017).

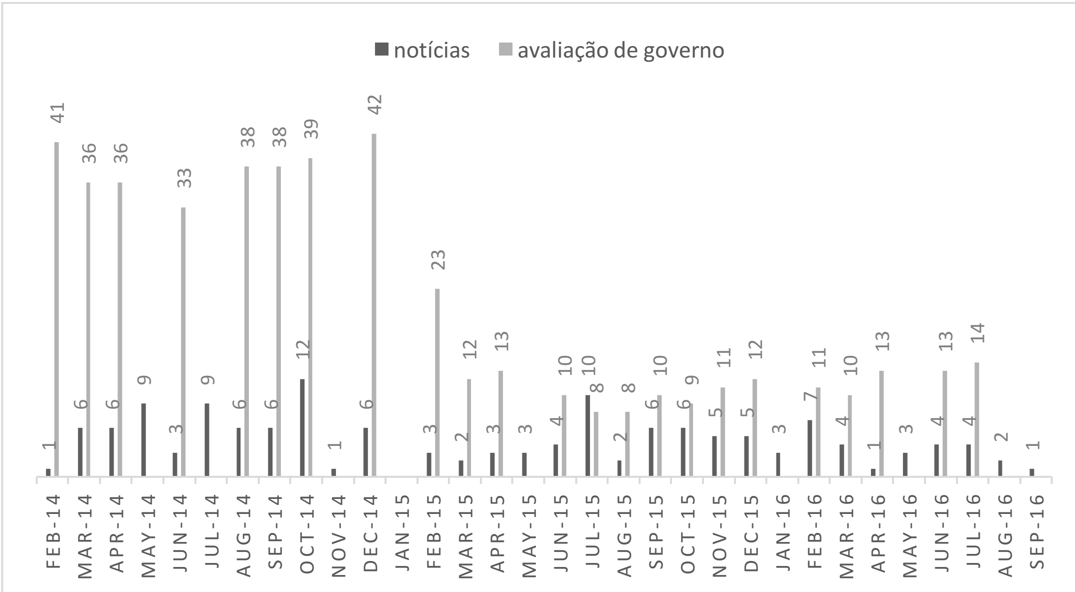
GRÁFICO 3

Avaliação do governo Dilma Rousseff



FONTE: DATAFOLHA. IBOPE. Elaborado pela autora (2017)

GRÁFICO 4
Cobertura midiática da corrupção vs. Avaliação de governo



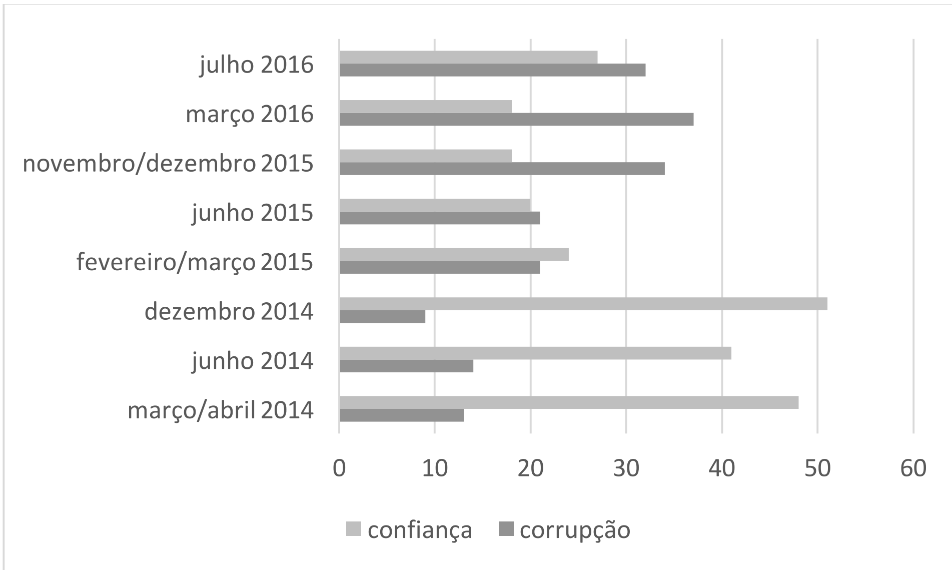
FONTE: AUTORA (2017).

Importante observar que o volume de edições analisadas em 2016 foi menor, porém a ocorrência de notícias sobre corrupção foi maior se comparado aos demais anos. E como já esperávamos, em função do contexto, o caso referente à Lava Jato foi destaque. Sobre a análise dos dados, não podemos falar que houve uma clara interferência das notícias relacionadas à corrupção na avaliação de governo. Porém, a Lava Jato trata-se de um caso de grandes proporções e o volume de notícias que foram veiculadas no período, tanto pelas revistas analisadas quanto por outras mídias, certamente inseriu o tema nas discussões cotidianas. Uma abordagem negativa e que preza pelo escândalo pode ter, em alguma medida, contribuído para tornar ainda mais sensível a imagem do governo, que teve vários atores ligados a ele envolvidos no referido caso de corrupção.

Em H2, a proposta é de que quanto maior é a percepção da corrupção, menor a confiança em Dilma Rousseff. Para verificarmos, relacionamos os dados de percepção da corrupção enquanto um problema e de confiança em Dilma Rousseff na ocasião do escândalo da Lava Jato.

GRÁFICO 3

Percepção da corrupção e confiança em Dilma



FONTE: AUTORA (2017).

Ainda sobre a segunda hipótese, podemos considerar as menções a Dilma Rousseff nas peças analisadas. Como já apontado em outros trabalhos (BAPTISTA, 2016; CONTREIRAS, BAPTISTA, 2016), nomear culpados agrega visibilidade à notícia, uma vez que se tratam de figuras bastante conhecidas na política, no caso da Lava Jato, também conta com importante nomes do setor privado. E torna-se mais importante chamar os personagens às notícias, atribuir valores a eles e julgá-los, do que discutir a corrupção na sociedade. Nesse sentido, dentre os diversos nomes citados, se considerarmos apenas as menções a Dilma Rousseff podemos dizer que a confiança em Dilma alterou para menos quanto mais ela foi citada nas notícias. Não podemos perder de vista, entretanto, que as menções a Dilma não estão entre os primeiros fatores que afetam a confiança em uma figura pública, o que encontramos aqui foi apenas uma relação interessante e condizente com o contexto.

TABELA 3

Menções a Dilma Rousseff e a confiança (%)

	menções	Confiança (média)
2014	16%	46

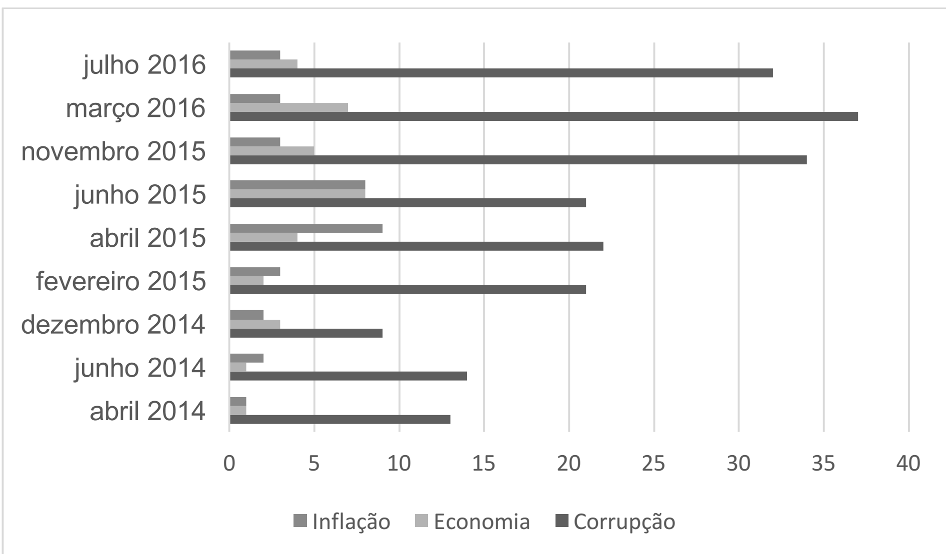
2015	22%	20
2016	29%	22

*Total de 140 edições.
FONTE: AUTORA (2017).

Por fim, consideramos relevante observar a economia. Por não ser nosso foco, optamos por não trabalhar esse tópico como uma terceira hipótese, mas sim, pensamos ser mais adequado discuti-la como uma questão. Portanto, nos questionamos se a percepção da corrupção oscila em função da percepção da economia. Observamos nas pesquisas de opinião as questões em que os entrevistados respondem sobre os principais problemas no Brasil. No período analisado, ainda que sejam sensíveis as mudanças, é possível notar que à medida em que a corrupção se torna uma preocupação, os indicadores econômicos também sofrem pequenas alterações para mais (GRAFICO 4).

GRÁFICO 4

Percepção da corrupção vs. economia (2014 - 2016).



Fonte: DATAFOLHA. IBOPE. Elaborado pela autora

O contrário também pode ser pensado, ou seja, a situação econômica é que afeta a percepção da corrupção. Essa premissa é um ponto de convergência em diversas pesquisas, seja a situação econômica do país, ou a do individuo (CASAS, ROJAS, 2008; TREISMAN, 2000). De acordo com essa abordagem, se economia está

em condições favoráveis, o público tende a ser mais otimista com relação à política de modo geral. Ao contrário, em situações de economia desfavorável ou em crise, a política torna-se mais sensível às críticas dos cidadãos, sobretudo, temas como a corrupção (CASAS, ROJAS, 2008). Assim, a literatura sugere que os graus de estabilidade econômica e democratização de um regime podem explicar, em alguma medida, a maior ou menor percepção da corrupção (DI JOHN, 2005; SELIGSON, 2006).

Vale retomar o que Casas e Rojas (2008) explicam sobre a percepção da corrupção como um sentimento ligado à interpretação do seu entorno. A economia pode não alcançar índices de destaque que nos permitam comparações mais claras, mas ainda há um grande descolamento entre o sentimento dos cidadãos em respeito à economia nacional e a sua situação individual. A psicologia social conclui, nas palavras de Sternberg (2000, p. 110), que a "percepção é um conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais".

Por fim, no material analisado, os ilícitos "lavagem de dinheiro" e "pagamento de propina" foram os mais recorrentes, pois estão diretamente relacionados ao caso da Lava Jato que foi igualmente o mais frequente caso observado. Com relação aos atores, é interessante observar que alguns atores políticos são nomes com muitas menções, como Dilma Rousseff, Lula da Silva, José Dirceu, Delcídio do Amaral, entre outros. Mas por se tratar de um caso que transita também na esfera do privado, grandes instituições privadas são recorrentes nas notícias que envolvem o tema da corrupção, como as construtoras Odebrecht, OAS, UTC, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez. No entanto, os efeitos dessa visibilidade talvez sejam mais danosos aos atores políticos que estão permanentemente expostos ao julgamento da opinião pública.

A título de contextualização, Dilma Rousseff foi afastada da presidência da República em maio de 2016, quando houve a abertura do processo de impeachment. O então vice Michel Temer assumiu interinamente a presidência até 31 de agosto do mesmo ano, quando o impeachment foi aprovado. As investigações do caso da Lava Jato ainda estão em andamento.

Mencionamos, ainda, outros esforços em compreender a relação entre a cobertura midiática da corrupção e a percepção, como a pesquisa de Mesquita, Moisés e Rico (2014) que busca comparar a cobertura jornalística da corrupção de 1995 a 2010 e a percepção do fenômeno. A correlação entre a percepção da corrupção (mensurada via análise das pesquisas do Latinobarômetro) e a cobertura midiática (por análise dos jornais diários de circulação nacional, *Estadão* e *Folha de S. Paulo*) se sobressai em alguns momentos, sobretudo em 2005 quando deflagra o caso do mensalão. Assim como sugerem os autores, a corrupção não nos parece ser um tema que percorre as conversas cotidianas dos cidadãos sem que haja um gatilho. Isso nos permite pensar na contribuição da mídia na circulação da informação política, nomeadamente a corrupção, para aumentar o conhecimento e a percepção que os cidadãos têm sobre o fenômeno.

7. Considerações finais

A corrupção é um problema grave e atinge, em maior ou menor grau, economias em diferentes níves de desenvolvimento e suas consequências podem ser danosas para a qualidade dos serviços e pode comprometer a estabilidade de um sistema político. Compreender a corrupção, seja do ponto de vista teórico ou prático, ainda é uma questão em aberto e está presente em muitas agendas de pesquisa. Nesse caminho, compreender a percepção da corrupção também representa um desafio aos estudos contemporâneos.

Nesta comunicação, trabalhamos com alguns eixos como a percepção da corrupção, mídia, opinião pública e avaliação de governo. No Brasil, assim como se repete em muitos outros países, o tema da corrupção tem grande visibilidade nos meios de comunicação e afetar de diversas formas a opinião pública.

Nos inserimos nas discussões que consideram a relação entre percepção da corrupção, mídia e opinião pública, e observamos como os efeitos dessa correlação pode afetar a avaliação de governo. Para tanto, procuramos entender a tendência da cobertura midiática da corrupção no Brasil, detidamente entre os anos de 2014 e 2016, por ocasião da deflagração do caso da Lava Jato e do impeachment da então

presidenta Dilma Rousseff. Em tempo, é bom mencionar que não foi objetivo deste trabalho buscar no caso de corrupção que envolve a Petrobras justificativas para o impeachment de Dilma, mas sim traçar um marco temporal, uma vez que as investigações do referido caso ainda estão em andamento.

Em termos metodológicos, acompanhamos a cobertura midiática da corrupção, em função do contexto, o caso que sobressaiu foi a Lava Jato, em três revistas de circulação nacional - Carta Capital, Isto É e Veja - de 2014 a 2016. Os resultados compuseram uma seleção de dados que contemplaram pesquisas de avaliação de governo, confiança na governante, percepção da corrupção, economia.

Consideramos que a percepção da corrupção é condicionada, sobretudo, pela cobertura midiática, e assim podemos dizer que a análise das revistas contemplou, em alguma medida, essa observação.

As oscilações na avaliação de governo em função da percepção da corrupção, trazidas em H1, não ficaram tão claras neste trabalho, mas podemos dizer que, em grande medida, a cobertura midiática da corrupção contribui para formar o julgamento dos cidadãos acerca da imagem do governo. Reconhecemos nossas limitações, uma vez que tratamos aqui apenas de três revistas, e acreditamos que a inserção de outras mídias possa tornar mais evidente essa relação.

Em H2, observamos a percepção da corrupção e a relação com a confiança em Dilma Rousseff. Consideramos que essa hipótese foi confirmada, uma vez que quando relacionados os dados da cobertura midiática e de confiança em Dilma Rousseff, tanto mais as notícias se tornavam mais frequentes pior eram os índices de confiança. De toda forma, também assumimos que esse aspecto é apenas um de muitos outros que concorrem para a avaliação da confiança no governante.

Trouxemos, por fim, algumas considerações acerca da economia e a relação que pode haver com a percepção da corrupção, com base no que nos traz a literatura. Observamos que a economia, enquanto uma preocupação aos brasileiros, não produziu oscilações significativas, ou tão expressivas como esperávamos, quando relacionamos os dados com a percepção da economia enquanto um problema. Mas, de toda forma, à medida em que a corrupção foi sendo vista como um problema grave pelos brasileiros, a economia também aumentou alguns pontos na lista de principais

problemas do Brasil. Acreditamos que os números para a economia talvez não sejam em valores mais elevados como o esperado, pois a percepção sobre a economia é mais sensível aos indivíduos quando é mais próxima de seu cotidiano. A economia em um âmbito nacional talvez seja menos "palpável" para os indivíduos, mais distante.

Nosso objetivo foi mostrar correlações possíveis entre os eixos da percepção da corrupção, mídia, opinião pública e avaliação de governo. Como já salientamos, partimos da premissa de que a percepção da corrupção é condicionada, entre outros, pela cobertura midiática e que esta, por sua vez, privilegia a ótica do escândalo, conferindo visibilidade aos temas, atores e instituições. Também propomos que essa percepção pode afetar a opinião pública e entre outros temas concorrentes, a variável política pode ser importante para compreendermos as oscilações nas avaliações de governo.

Referências

ALDÉ, A.; VASCONCELLOS, F. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de Ciências Sociais** (Fortaleza), v. 39, 2008, p. 36-48

AVRITZER, Leonardo. Índices de percepção da corrupção. In: AVRITZER, L. *et al.* **Corrupção. Ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BAPTISTA, Erica A. Corrupção, opinião pública e avaliação de governo: o primeiro mandato de Dilma Rousseff. **40º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 201

BAPTISTA, Erica A. Internet e escândalos políticos: a corrupção e as eleições municipais de 2012. In: ALDÉ, A.; MARQUES, P. F. J. **Internet e poder local**. Salvador: Edufba, 2015.

BAPTISTA, E. A.; FRAIHA, P. Exposição e confiança nos meios de comunicação: efeitos sobre a percepção da corrupção. **38º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambu (Minas Gerais), Brasil, 2014.

BAPTISTA, Erica A. Mídia e política: **A construção da candidatura de Aécio Neves como presidenciável em 2010**. (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, M.; GASKELL, G. (Eds.). **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage, 2008.

BIGNOTTO, Newton. Corrupção e Estado de direito. In: ANASTASIA, F., AVRITZER, L. (orgs.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 82-86.

BURDEN, B. C.; MUGHAN, A. The International Economy and Presidential Approval. **The Public Opinion Quarterly**, v.67, n.4, 2003, p. 555–578.

CASAS, D. P. M.; ROJAS, H. Percepciones de corrupción y confianza institucional. In: ROJAS, Hernando *et al*. **Comunicacion y cidadania.** Bogotá: Universidade de Externado, 2011.

CASTRO, Maria C. P. S. Mídia e política: controversas relações. In: INÁCIO, M., NOVAIS, R., ANASTASIA, F. (Orgs.). **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso politico**. São Paulo: Contexto, 2008.

CONTREIRAS, P. ; BAPTISTA, E. A. Corrupção política, segredo de justiça e cobertura televisiva: o caso dos Submarinos. In: CUNHA, I. F.; SERRANO, E. (Org.). **Media, corrupção política e justiça**. 1ed.Lisboa: Mariposa Azual, 2016.

CONTREIRAS, P.; BAPTISTA, E. A. Cobertura jornalística da Corrupção Política: o caso do Submarinos em 2010. I**V Congresso Internacional de Comunicação Política e Estratégias de Campanha da ALICE**, Belo Horizonte, Brasil, 2015.

CUNHA, Isabel F. Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião púbica. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais. Lisboa: Alètheia Editores, 2014.

CUNHA, Isabel F. Crise, corrupção política e media. In: SÁ, A.; PEIXINHO, A. T.; CAMPONEZ, C. (Orgs.). **Aprofundar a crise. Olhares multidisciplinares**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

DA VIÁ, Sarah C. **Opinião Pública**: técnica de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983.

DELLAPORTA, D. Social capital, Beliefs in Government, and Political Corruption. In: PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies**: What´s Troubling the Trilateral Countries? Princeton: Princeton University Press, 2000.

DEUTSCH, M.; GERARD, H. A study of normative and informational social influences upon individual judgment. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, v.51, n.3, p. 629–636, 1955.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, A. J. **Political Corruption**: Concepts and Contexts. 3rd. Ed. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2009.

HEIDENHEIMER, A.; JOHNSTON, A. J.; LEVINE, V. **Political Corruption**. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 1989.

HUSTED, Bryan W. Wealth, Culture, and Corruption. **Journal of International Business Studies**, Houndmills (Hampshire), v. 30, n. 2, p. 339-360, 1999.

JAIN, Arvind K. Corruption: A Review. **Journal of Economic Surveys**, v. 20, n. 4, p. 78- 96, 2001.

JOHNSTON, Michael. The New Corruption Rankings: Implications for Analysis and Reform. **World Congress of the International Political Science Association**, Quebec, Canada, 2001.

LAMBSDORFF, Johann G. Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross-Section of Countries? In: ROSE-ACKERMAN, S. (Org.) **International Handbook on the Economics of Corruption**. Edward Elgar Publishing, 2006.

LEWIS-BECK, M.; PALDAM, M. Economic voting: an introduction. **Electoral studies**, v. 19, n. 2, p. 113-121, 2000.

LIMA, Venício. Mídia: **crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

McCOMBS, M.; SHAW, D. The Agenda Setting Function of Mass Media. **Public Opinion Quarterly**, University of Chicago Press, v. 36, n. 2, 1972.

MELGAR, N.; ROSSI, M.; SMITH, T. The perception of corruption in a cross-country perspective: Why are some individuals more perceptive than others? **Economia Aplicada**, v. 14, n. 2, p. 183-198, 2010.

MELLO, S. F.; EMEDIATO, W. Informação jornalística, publicidade e propaganda. In: EMEDIATO, W. (org.). **A construção da opinião na mídia**. Belo Horizonte: FALE/UFMG Núcleo de Análise do Discurso, 2013.

MESQUITA, N. C.; MOISÉS, J. A.; RICO, B. As diferentes dinâmicas da corrupção: mídia, percepçãoo e instituições no contexto brasileiro. In: Cunha, I. F.; Serrano, E. **A cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais. Lisboa: Alètheia Editores, 2014.

MIGUEL, L. F.; COUTINHO, A. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos editoriais dos jornais. **Opinião Pública**, v.13, n.1, junho 2007.

MOISÉS, José Á. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. **Revista Latino - Americana de Opinión Pública**: investigación social aplicada, v. 1, n. 0, p. 103-124. 2010.

MUELLER, John. Presidential popularity from Truman to Johnson. **American Political Science Review**, n.86, 1970, p.597-611.

PHARR, S. J.; PUTNAM, R. D. **Disaffected Democracies**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

PORTO, Mauro. Enquadramentos da mídia e política. In: **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/Unesp, 2004. p.74-104.

POWER, T. J.; GONZÁLEZ, J. Cultura Política, Capital Social e Percepções sobre a Corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial. **Revista de Sociologia e Política**, n.21, p. 51-69, 2003.

POWER, T. J.; JAMISON, G. D. A desconfiança Política na América Latina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n.1, p.64-93, março, 2005.

ROSE-ACKERMAN, Susan. **Corruption and Government**. New York: Cambridge University Press, 1999.

SELIGSON, Mitchell A. The Impact of Corruption on Regime Legitimacy: A Comparative Study of Four Latin American Countries. **Journal of Politics**, v. 64, p. 408-433, 2002.

TELLES, H.; SAMAPAIO, T. BAPTISTA, E. A. Os limites da *agenda-setting* na popularidade do presidente: consumo de notícias e escolaridade na avaliação do governo Dilma Rousseff (2013). **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 119-142, set.-dez. 2015.

TELLES, H.; FRAIHA, P.; LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. In: CUNHA, I.; SERRANO, E. **Cobertura jornalística da corrupção política**: sistemas políticos, sistemas midiáticos e enquadramentos legais. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014. p.421-457.

THOMPSON, John B. **O escândalo político**: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TREISMAN, D. What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research. **Annual Review of Political Science**, v. 10, p. 211-244, 2007.

WARREN, E. M. What Does Corruption Mean in a Democracy? **American Journal of Political Science**, v.48, p.328–343, 2004.